



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO DPE Nº 90006/2026  
Processo Administrativo nº E:12070.0000000867/2026**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS**, por meio da Pregoeira/Agente de Contratação, designada pela Portaria DPE nº 06/2026 e equipe de apoio, publicada no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Alagoas no dia 09 de janeiro de 2026, sediada na Avenida Fernandes Lima, 3296, Gruta de Lourdes, Maceió, Alagoas, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão pública:** 8 de junho de 2026

**Horário:** 08:00 h (horário de Brasília)

**Critério de Julgamento:** menor preço global

**Modo de disputa:** aberto e fechado

**Preferências ME/EPP/Equiparadas:** sim

**Local:** Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras))

**Código UASG:** 457697

## **1. DO OBJETO**

**1.1** O objeto da presente licitação é a **contratação de serviços de terceirizados para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Alagoas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2** A licitação será realizada em grupo único, formados pelos itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**2.3.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Não há cota de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.7.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

relacionados;

**2.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.7.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.7.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.7.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**2.8.** O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.11.** O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.13.** A vedação de que trata o item 2.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.2.1. A proposta de composição de custos deverá ser apresentada em formato .PDF e .XLSX (ou .XLS / .XLSM), esta última com habilitação para análise;**

**3.2.2. Deverá conter uma tabela-resumo com os seguintes valores:**

**3.2.2.1. Valor unitário e total por empregado;**

**3.2.2.2. Valor unitário e total por posto;**

**3.2.2.3. Valor mensal e anual por posto;**

**3.2.2.4. Valor anual dos serviços.**

**3.2.3. Na planilha de composição, deverá conter “aba” detalhando os valores unitários e totais de cada item referente aos custos de uniforme e materiais/equipamentos/epi, exigidos no item 5.6.2 do Termo de Referência.**

**3.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 6.1.1 e 6.12.1 deste Edital.

**3.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**3.4.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.4.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.4.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021:

**3.6.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.6.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 2.4 ou 2.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.11.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.11.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.12.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 2.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 4.1.1.** Valor unitário e total do item;
- 4.1.2.** Valor total global;
- 4.1.3.** Marca, se cabível;
- 4.1.4.** Fabricante, se cabível.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.2.1.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das





**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**4.9.1.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

**4.10.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 97, inciso VII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**4.11.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

**4.12.** Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

**5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**5.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.11.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.11.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.11.4.** Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.11.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**5.12.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**5.12.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**5.12.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.12.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.12.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.14.** Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.16.** No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**5.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.19.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.19.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.20.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.20.2.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.20.3.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.20.4.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.20.5.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.21.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.21.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.21.2.** Empresas brasileiras;

**5.21.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.21.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.22.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.22.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**5.22.4.** A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.22.5.** É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.23.** Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.1.4.** Certidão Negativa de Licitante Inidôneo, mantida pelo Tribunal de Contas da União (<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/certidao-negativa-de-licitante-inidoneo>)

**6.1.5.** Cadastro Alagoano de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS/AL, mantido



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

pela Controladoria-Geral do Estado de Alagoas

([https://ceis.cge.al.gov.br/sancoes/consulta\\_empresa/](https://ceis.cge.al.gov.br/sancoes/consulta_empresa/))

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.7 deste edital.

**6.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**6.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.7.1.** Contiver vícios insanáveis;

**6.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

**6.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela





**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

administração;

**6.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.8.1.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.8.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.8.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.9.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**6.9.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.9.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme valores constantes no termo de referência.

**6.9.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**6.9.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**6.10.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**6.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.11.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, quando houver, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**6.11.2.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

**6.11.3.** Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

**6.11.4.** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**6.11.5.** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

**6.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**6.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**6.12.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.13.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.14.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.15.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.16.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.17.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.18.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim,



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.3.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.3.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**7.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia devidamente registradas nos Órgãos oficiais ou autenticadas em



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

cartório ou por servidor desta DPE/AL, quando emitidas por meio de sítio eletrônico dispensa-se a apresentação de autenticação.

**7.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**7.6.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**7.7.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.8.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.9.** A realização de vistoria prévia se dará, quando cabível, nos moldes determinados no Termo de referência.

**7.10.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**7.10.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**7.11.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**7.11.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**7.12.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.12.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.12.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**7.13.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.13.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.13.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.14.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**7.14.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.14.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**7.15.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

**7.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.18.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**7.19.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

(dez) minutos.

**8.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:





**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato, ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, no prazo estabelecido pela Administração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a administração pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1 a 9.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4 a 9.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito Administração Pública do Estado de Alagoas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4 a 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1 a 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Alagoas.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

### **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através do e-mail [cpl@al.def.br](mailto:cpl@al.def.br), ou por petição dirigida ou protocolada na Sede da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, localizada na Av. Fernandes Lima, nº 3296, Gruta de Lourdes, Maceió/Alagoas, CEP: 57.052-000.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **11. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

11.2.1. No caso de opção do adjudicatário pela modalidade de garantia prevista no art. 96 §1º, II da Lei nº 14.133, de 2021 (seguro-garantia), o prazo estabelecido



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

no subitem acima será de, mínimo X meses, contado da data de homologação da licitação.

11.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.3. Antes de formalizar o Termo de Contrato ou emitir o instrumento equivalente, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a regularidade fiscal exigida na licitação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, juntando aos autos as respectivas certidões negativas.

11.4. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

11.7.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

do adjudicatário;

11.7.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;

11.7.3. A regra do subitem 11.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem acima.

### **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I – Minuta de Termo de Contrato;

12.11.2. ANEXO II – Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

Maceió (AL), 15 de maio de 2026.

**Meliana Moreira Martin**  
Pregoeira/Agente de Contratação

**ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DPE/AL Nº (...)/2026,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA  
PÚBLICA DE ALAGOAS E A EMPRESA (...),  
PARA A (...).**

**CONTRATANTE:** A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS – DPE/AL, pessoa jurídica do direito interno, inscrita no CNPJ n.º 04.649.138/0001-77, com sede na Avenida Fernandes Lima, nº 3296, Gruta de Lourdes, CEP: 57052-403, Maceió/AL,



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado, Sr. Fabrício Leão Souto, brasileiro, portador da matrícula funcional n.º (...).

**CONTRATADO:** A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo administrativo nº (...) e do Pregão Eletrônico nº (...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do contrato é a (...), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATMAT/ CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$) ou Percentual de Desconto (%)	Valor Total
(...)	(...)	(...)		(...)	(...)	(...)

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:





**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital da Licitação/Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. A contratação tem prazo de vigência é (...), contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O Contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ (...) (...valor por extenso...).



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **5. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **6. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (.../.../...).

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de

termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **7. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de um mês.
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de um mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27 do código de defesa do consumidor ([lei nº 8.078, de 1990](#));

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no sicafe, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à seguridade social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à dívida ativa da união; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a fazenda estadual ou distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) certidão de regularidade do fgts – crf; e 5) certidão negativa de débitos trabalhistas – cndt;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante;

9.1.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.12.1. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, nos termos do art. 53 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, ii, d, da lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante e todas as exigências contidas no Termo de Referência.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5 a 11.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.4 do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

11.2.4.1.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.2. Compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.1 a 11.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

11.2.4.3. Compensatória, para as infrações previstas nos itens 11.1.5 a 11.1.8, de 15% quinze por cento a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.





**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 11.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.6.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.6.4. Os danos que dela provierem para o contratante; e
- 11.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no subitem anterior decorrer de culpa do Contratado:

12.1.2.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.1.2.2. poderá a administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Assessoria Jurídica da DPE/AL, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14.1.1. Unidade: (...);



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**

## **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

14.1.2. Fonte de Recursos: (...);

14.1.3. Programa de Trabalho: (...);

14.1.4. Natureza da Despesa: (...).

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento no PNCP.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Maceió, Alagoas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, este termo de contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contratantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

---

CONTRATANTE



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

---

---

CONTRATADO

---

TESTEMUNHA          CPF Nº

---

TESTEMUNHA          CPF Nº

**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

## EAL -DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DE ALAGOAS

## Termo de Referência 17/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2026	457697-EAL -DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DE ALAGOAS	REGINA SAMARA DE VASCONCELOS SILVA	14/04/2026 08:41 (v 0.5)
Status	DISPONIBILIZADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	96/2026	E:12070.0000000867 /2026

## 1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviços de terceirizados para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificações	CATSER	Valor proposto por empregado	Qtde. empregados	Valor proposto mensal	Qtde. meses	Valor total do serviço anual
1	Recepção (Nível VI - Convenção Coletiva de Trabalho/2026)	8729	R\$ 5.232,58	4	R\$ 20.930,32	12	R\$ 251.163,84
2	Conservação e Limpeza (Nível I - Convenção Coletiva de Trabalho /2026).	25194	R\$ 4.488,90	4	R\$ 17.955,60	12	R\$ 215.467,20
3	Assistente de Manutenção (Nível V - Convenção Coletiva de Trabalho /2026).	1627	R\$ 5.125,98	1	R\$ 5.125,98	12	R\$ 61.511,76
4	Assistente Administrativo (categoria V do Nível IX - Convenção Coletiva de Trabalho/2026)	5380	R\$ 6.921,55	18	R\$ 124.587,90	12	R\$ 1.495.054,80
5	Motorista de veículos (Nível IX - Convenção Coletiva de Trabalho/2026)	15008	R\$ 6.940,92	1	R\$ 6.940,92	12	R\$ 83.291,04
					R\$ 175.540,72		R\$ 2.106.488,64

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Execução do serviço terá início no dia 08 de outubro de 2026.

1.4. O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro meses), contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como contínuo tendo em vista que se interrompidos comprometem a continuidade da manutenção das atividades administrativas, impossibilitando o perfeito desempenho das suas atribuições, sendo a vigência plurianual mais

vantajosa considerando o período integral e de forma exclusiva, estando os funcionários à disposição da Administração para que executem tarefas de seu interesse.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. Fundamentação da contratação**

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, presente neste processo.

## **3. Descrição da solução**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, presente neste processo.

## **4. Requisitos da contratação**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade;

4.1.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. O objetivo é contratar o serviço de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva de mão de obra e em regime de empreitada por preço global e de natureza continuada.

4.2.1. O serviço é enquadrado como contínuo pois se interrompidos comprometem a continuidade da manutenção das atividades administrativas, impossibilitando o perfeito desempenho das suas atribuições.

4.3. Os serviços serão prestados por empresa devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra de formação profissional específica com dedicação exclusiva. O treinamento e capacitação de mão de obra não implicarão em custos com a contratação.

4.4. A empresa deve utilizar rotinas e definir perfil de mão de obra para os postos de serviço que possibilitem maior eficiência do efetivo.

4.5. A contratada deve garantir os direitos trabalhistas e atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para os empregados. Deverá providenciar uniformes adequados e Equipamentos de Proteção Individual quando exigidos pela natureza do serviço, desde o início da execução do serviço, para que os profissionais indicados, apresentem-se ao serviço devidamente uniformizados.

4.6. A contratada deverá promover a supervisão dos profissionais alocados. Deverá, ainda, garantir a imediata substituição de empregados em caso de ausência, afastamento ou desligamento, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

4.7. A contratada deverá comprovar experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

4.8. No aspecto operacional, a empresa deverá disponibilizar profissionais devidamente qualificados para o desempenho das funções de assistente administrativo, recepção, motorista de veículos, assistente de manutenção e conservação e limpeza, observando as exigências mínimas de escolaridade, habilitação e experiência compatíveis com cada atividade.

4.9. Os empregados deverão ser formalmente contratados sob o regime da CLT, sendo de inteira responsabilidade da contratada o pagamento de salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outros custos decorrentes da execução contratual.

4.10. Será exigida garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento.

4.11. O serviço é contínuo pois que se interrompidos comprometem a continuidade da manutenção das atividades administrativas, impossibilitando o perfeito desempenho das suas atribuições, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o período integral, estando os funcionários à disposição da Administração para que executem tarefas de seu interesse.

4.12. Os procedimentos de transição e finalização do contrato deverá englobar a transição de conhecimento, tecnologia e técnicas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante.

## 5. Modelo de execução do objeto

5.1. Condições de execução:

5.1.1. O prazo de execução dos serviços será contado do efetivo recebimento da Ordem de Execução até a expiração do prazo de vigência contratual.

**5.1.2. xecução do serviço terá início no dia 08 de outubro de 2026.**

5.1.3. Os serviços poderão ser prestados em qualquer município do Estado de Alagoas.

5.1.4. Os serviços serão prestados em horário comercial de segunda-feira a quinta-feira das 8h00 às 18h00 e na sexta-feira das 8h00 às 17h00 com 1 (uma) hora de intervalo para almoço.

5.2. A execução do objeto seguirá as seguintes dinâmicas, de acordo com abaixo:

5.2.1. **Assistente Administrativo:** carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, com os requisitos de Ensino superior incompleto, informática básica e experiência Assistente Administrativo mínima de seis meses em serviços semelhantes. A ocupação abrangerá execução de serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos.

5.2.2. **Recepção:** carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, com os requisitos de ensino Ensino Médio completo, experiência mínima de seis meses em serviços semelhantes e informática básica. Recepciona visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados. Atende o visitante, indagando suas pretensões, para informá-lo conforme seus pedidos; atende chamadas telefônicas, manipulando telefones e celulares internos, para prestar informações e anotar recados; registra as visitas e os telefones atendidos, anotando dados pessoais e comerciais do visitante, para possibilitar o controle dos atendimentos diários, despacha e recebe documentos/encomendas. Pode executar outras tarefas de escritório de caráter limitado.

5.2.3. **Motorista de veículo:** carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, com os requisitos de ensino Fundamental completo, comprovar, no mínimo seis meses de experiência profissional como motorista habilitado, com carteira de motorista CNH categoria “D”, apresentar certificado de curso de Primeiros Socorros e certificado de Curso de Direção Defensiva. A ocupação abrangerá dirigir veículos automotores, em geral, acionando os comandos de marcha e direção, conduzindo-o em trajeto indicado, para transportar, a curta e longa distância, passageiros, cargas e mercadorias.

5.2.4. **Assistente de Manutenção:** carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, com os requisitos de ensino Ensino Médio completo e experiência mínima de seis meses em serviços semelhantes. Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria, pintura e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

5.2.5. **Conservação e Limpeza:** carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, com os requisitos de ensino Fundamental completo e experiência mínima de seis meses em serviços semelhantes. Executa trabalho rotineiro de limpeza em geral em escritórios, residências e outros locais, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, móveis, utensílios e instalações, para manter as condições de higiene e conservá-los. Remove o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e



equipamentos, espanando-os ou limpando-os com vassouras apropriadas, para conservar lhes a boa aparência; limpa escadas, pisos, passadeiras e tapetes, varrendo-os, lavando-os ou encerando-os e passando aspirador de pó, para retirar poeira e detritos; limpa utensílios e objetos de adorno, utilizando pano ou esponja embebidas em água e sabão ou outro meio adequado, para manter a boa aparência dos locais; arruma banheiros e toaletes, limpando-os com água e sabão, detergentes e desinfetantes e reabastecendo-os de papel sanitário, toalhas e sabonetes, para conservá-los em condições de uso; coleta o lixo dos depósitos, recolhendo em latões, para depositá-lo na lixeira. Pode ajudar na remoção ou arrumação de móveis ou utensílios.

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar fardamentos específicos para o cargo, promovendo sua substituição quando necessário, disponibilizando uniformes completos.

5.4. Os uniformes a serem fornecidos pela contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão, com peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade.

5.5. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário, de acordo com as seguintes quantidades:

UNIFORME - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (CUSTO POR FUNCIONÁRIO)					
Item	Especificação Uniforme	Unidade de compra	Quant. por funcionário	Valor Unitário estimado	Valor Total Estimado
1	Blusa social, prioritariamente na cor branca	Unidade	2	R\$ 111,70	R\$ 223,40
2	Calça social, prioritariamente na cor preta	Unidade	2	R\$ 111,26	R\$ 222,52
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 445,92	
TOTAL POR FUNCIONÁRIO				R\$ 37,16	

UNIFORME - RECEPCIONISTA (CUSTO POR FUNCIONÁRIO)					
Item	Especificação Uniforme	Unidade de compra	Quant. por funcionário	Valor Unitário estimado	Valor Total Estimado
1	Blusa social, prioritariamente na cor branca	Unidade	2	R\$ 111,70	R\$ 223,40
2	Calça social, prioritariamente na cor preta	Unidade	2	R\$ 111,26	R\$ 222,52
3	Sapato social, prioritariamente na cor preta	Par	1	R\$ 186,23	R\$ 186,23
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 632,15	
TOTAL POR FUNCIONÁRIO				R\$ 52,68	

UNIFORME - MOTORISTA (CUSTO POR FUNCIONÁRIO)					
Item	Especificação Uniforme	Unidade de compra	Quant. por funcionário	Valor Unitário estimado	Valor Total Estimado
1	Blusa social, prioritariamente na cor branca	Unidade	2	R\$ 111,72	R\$ 223,44
2	Calça social, prioritariamente na cor preta	Unidade	2	R\$ 111,26	R\$ 222,52
3	Sapato social, prioritariamente na cor preta	Par	1	R\$ 186,23	R\$ 186,23
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 630,19	
TOTAL POR FUNCIONÁRIO				R\$ 52,52	

UNIFORME - ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO (CUSTO POR FUNCIONÁRIO)					
Item	Especificação Uniforme	Unidade de compra	Quant. por funcionário	Valor Unitário estimado	Valor Total Estimado
1	Blusa polo, prioritariamente na cor verde	Unidade	2	R\$ 72,66	R\$ 145,32
2	Calça reta com elástico, prioritariamente na cor verde	Unidade	2	R\$ 72,40	R\$ 144,80
3	Botina em couro, prioritariamente na cor preta.	Par	1	R\$ 82,50	R\$ 82,50
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 372,62	
TOTAL POR FUNCIONÁRIO				R\$ 31,05	

UNIFORME - LIMPEZA (CUSTO POR FUNCIONÁRIO)					
Item	Especificação Uniforme	Unidade de compra	Quant. por funcionário	Valor Unitário estimado	Valor Total Estimado

1	Blusa polo, prioritariamente na cor azul	Unidade	2	R\$ 68,66	R\$ 137,32
2	Calça reta com elástico, prioritariamente na cor azul	Unidade	2	R\$ 76,00	R\$ 152,00
3	Bota em couro, prioritariamente na cor preta	Par	1	R\$ 59,12	R\$ 59,12
<b>VALOR TOTAL ANUAL</b>				<b>R\$ 348,44</b>	
<b>TOTAL POR FUNCIONÁRIO</b>				<b>R\$ 29,04</b>	

5.6. Cada trabalhador receberá um uniforme completo com calça e blusa a cada 6 (seis) meses, receberá ainda um sapato/bota /botina uma vez por ano.

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar fardamentos específicos para o cargo, promovendo sua substituição quando necessário.

5.7.1. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade.

5.7.2. As cores dos uniformes estão definidas na tabela e devem ser seguidas prioritariamente. Caso haja necessidade de utilizar uma cor diferente, é imprescindível apresentar uma justificativa adequada à Diretoria Administrativa desta Defensoria.

5.8. A terceirização deverá permitir flexibilidade administrativa e reposição imediata de profissionais em caso de afastamento.

5.9. Especificação da garantia do serviço:

5.9.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9. Procedimentos de transição e finalização do contrato:

5.9.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato deverá englobar a transição de conhecimento, tecnologia e técnicas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante.

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato nos termos do contrato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto:

6.6.1. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período 24 (vinte e quatro meses), contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.3. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### 6.7. Fiscalização:

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### 6.8. Fiscalização Técnica:

6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.2. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.8.3. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.8.4. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.8.5. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.8.6. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.8.7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.8.8. É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.8.9. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.8.10. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

6.8.11. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.8.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.8.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.1.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.1.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.8.1.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

#### 6.9. Fiscalização Administrativa:

6.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.9.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.9.4.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.9.4.1.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:

6.9.4.1.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.9.4.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo Contratado;

6.9.4.1.1.3 Exames médicos admissionais dos empregados do Contratado que prestarão os serviços; e

6.9.4.1.1.4. Entrega até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no SICAF:

6.9.4.1.1.5. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.9.4.1.1.6. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.9.4.1.1.7. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.9.4.1.1.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.9.4.1.2. Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.9.4.1.2.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.9.4.1.2.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.9.4.1.2.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

- 6.9.4.1.2.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 6.9.4.1.2.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 6.9.4.1.3. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.9.4.1.3.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 6.9.4.1.3.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.9.4.1.3.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.9.4.1.3.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados
- 6.9.4.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pelo Contratado, os documentos elencados no item
- 6.9.4.1.1. Acima deverão ser apresentados.
- 6.9.4.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.7.4.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.9.4.4. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.9.4.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.9.4.6. Para fins de comprovação da adoção das providências referida no presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.9.4.7. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.9.4.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.9.4.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.9.4.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.9.4.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.9.4.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.9.4.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.9.4.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.9.4.15. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.9.4.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.9.4.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.9.4.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.9.4.19. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.9.4.20. A inadimplência do Contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.9.4.21. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado – IMR para aferição da qualidade da prestação dos serviços:

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. Não produziu os resultados acordados;

7.1.1.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.1.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.1.3.1. O fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2. Recebimento do objeto:

7.2.1. Os serviços serão iniciados no dia 02 de dezembro de 2024, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.1.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.1.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.1.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.2.2.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.2.2.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.2.4. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de (30) dias, contados do recebimento provisório, por gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.2.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.2.9.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.2.9.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal/Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.2.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### 7.3. Liquidação:

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.3.1.1. O prazo de que trata esse subitem será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.2.1. O prazo de validade;

7.3.2.2. A data da emissão;

7.3.2.3. Os dados do contrato e do órgão ou entidade contratante;

7.3.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.3.2.5. O valor a pagar; e

7.3.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.3.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.3.6. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



#### 7.4. Prazo de pagamento:

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

#### 7.5. Forma de pagamento:

7.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.5.1.1. O Contratado assumirá os custos decorrentes da transferência de valores caso indique conta bancária que não seja da Caixa Econômica Federal – CEF.

7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

#### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O objetivo é contratar o serviço de vigilância armada, com dedicação exclusiva de mão de obra.

8.1.2. **O regime de execução do contrato será: empreitada por preço global.**

8.1.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

8.1.3.1. Para esta contratação específica, não se recomenda a aplicação do princípio do parcelamento nesta contratação, uma vez que dividir o objeto do contrato poderia resultar na perda de economia de escala e na inviabilidade técnica, gerando aumento da complexidade na fiscalização contratual devido a dificuldade de padronização do serviço.

8.1.3.2. Destaca-se que a existência de mais de uma empresa contratada poderia trazer uma série de transtornos quanto à eventual responsabilização e gerenciamento administrativo.

8.1.3.3. Portanto, não se recomenda a aplicação do princípio do parcelamento nesta contratação, uma vez que a divisão do objeto poderia acarretar perda de economia de escala e aumento da complexidade na fiscalização contratual.

#### 8.3. Exigências de habilitação:

##### 8.3.1. Habilitação jurídica:

8.3.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio correspondente;

8.3.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.3.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.3.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.2.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.3.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.3.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3.3. Qualificação Econômico-Financeira:

8.3.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.3.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.3.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.3.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.3.3.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.3.3.3.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.3.3.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.3.3.4. A empresa, que apresentar resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.3.3.5. Deverá ser apresentada a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

8.3.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 8.3.4. Qualificação Técnico-Operacional:

8.3.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o mínimo de:

8.3.4.1.1.1. Características: **fornecimento de serviços terceirizados;**

8.3.4.1.1.2. Quantidades: no mínimo de 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado;

8.3.4.1.1.3. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

8.3.4.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.3.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.3.4.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.3.4.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.3.4.1.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.3.4.1.7. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 2021, e regulamentos sobre o tema.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 2.106.488,64

9.1. O preço estimado total da contratação anual é de R\$ 2.106.488,64 (dois milhões, cento e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

9.2. Ressalta-se que os valores estimados têm como base a cotação realizada pelo setor de compras.

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1. Gestão/Unidade: 11011 - Defensoria Pública Geral do Estado de Alagoas;

10.2.2. Fonte de Recursos: 500 - Recursos não Vinculados de Impostos;

10.2.3. Programa de Trabalho: 03.122.0004.2001 Manutenção das Atividades do Órgão;

10.2.4. Elemento de Despesa: 3.3.90.37 - Locação de Mão de obra.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**REGINA SAMARA DE VASCONCELOS SILVA**

Agente de Apoio



*Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 08:41:13.*

**PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

<b>A</b>	Data de apresentação da proposta	
<b>B</b>	Município/UF	Maceió/AL
<b>C</b>	Ano, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	AL000013/2026
<b>D</b>	Nº de meses de execução contratual	12

**IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

<b>Tipo de serviço</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR</b>
Prestação de serviços de Recepção (Nível VI)	QUANTIDADE	4

**MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL****DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO DE OBRA**

1	Tipo de serviços (mesmo serviço com características distintas)		Prestação de serviços de Recepção (Nível VI)
2	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.999,00
3	Categoria profissional		SINDLIMP/AL
4	Data-base da categoria		01 de Janeiro de 2026

**MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Salário-base	R\$ 1.999,00
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros	
<b>Total da Remuneração</b>		<b>R\$ 1.999,00</b>

**MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS****Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º Salário</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º Salário	8,33%	R\$ 166,58
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 55,57
<b>Subtotal</b>		<b>11,11%</b>	<b>R\$ 222,16</b>

		Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
		3,07%	R\$ 81,75	3,45%	R\$ 68,87
TOTAL		14,18%	R\$ 303,91	14,56%	R\$ 291,02
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições		Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 399,80	20,00%	R\$ 399,80
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 29,99		-
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 19,99		-
D	INCRA	0,20%	R\$ 4,00		-
E	Salário-Educação	2,50%	R\$ 49,98		-
F	FGTS	8,00%	R\$ 159,92	8,00%	R\$ 159,92
G	SAT/INSS	3,00%	R\$ 59,97	3,00%	R\$ 59,97
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 11,99		-
TOTAL		36,80%	R\$ 735,63	31,00%	R\$ 619,69
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				VALOR (R\$)	
A	Transporte			R\$ 56,06	
B	Auxílio-refeição/Alimentação			R\$ 510,40	
C	Assistência Médica e Familiar			-	
D	Benefício Social Obreiro			R\$ 12,00	
Total de Insumos diversos				R\$ 578,46	

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Lucro Real e Presumido	Simples Nacional
2.1	13º Salário e Adicional de Férias	R\$ 303,91	R\$ 291,02
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 735,63	R\$ 619,69
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 578,46	R\$ 578,46
TOTAL		R\$ 1.618,00	R\$ 1.489,17

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	2,50%	R\$ 49,98
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,20%	R\$ 4,00
C	Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado		
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 38,78
Subtotal			R\$ 92,75
		Lucro Real e Presumido	Simples Nacional

E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre aviso prévio trabalhado	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
		0,71%	R\$ 14,27	0,60%	R\$ 12,02
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 79,96	4,00%	R\$ 79,96
TOTAL		9,35%	R\$ 186,98	9,24%	R\$ 184,74

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE					
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais					
4.1	Ausências legais			%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias			8,33%	R\$ 166,52
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais			2,99%	R\$ 59,77
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade			0,69%	R\$ 13,88
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho			1,30%	R\$ 25,99
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade			1,30%	R\$ 25,99
F	Substituto na cobertura de Outros (especificar)			0,00%	R\$ 0,00
TOTAL					R\$ 292,14
Submódulo 4.2 - Intraornada ou Substituto da Intraornada					
4.2.	Intraornada				Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intraornada				0
TOTAL					0

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Lucro Real e Presumido	Simple Nacional
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 292,14	R\$ 292,14
4.2	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intraornada	-	-
TOTAL		R\$ 292,14	R\$ 292,14

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 52,68
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros	
TOTAL		R\$ 52,68

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Lucro Real		Lucro Presumido		Simple Nacional	
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 124,46	3,00%	R\$ 124,46	3,00%	R\$ 120,53
B	Lucro	5,00%	R\$ 213,66	5,00%	R\$ 213,66	5,00%	R\$ 206,91

C	Tributos	0,8575	R\$ 5.232,58	0,9135	R\$ 4.911,81	0,9221	R\$ 4.712,26
C.1	Tributos Federais (PIS)	1,65%	R\$ 86,34	0,65%	R\$ 31,93	0,44%	R\$ 20,73
	Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 397,68	3,00%	R\$ 147,35	2,35%	R\$ 110,74
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 261,63	5,00%	R\$ 245,59	5,00%	R\$ 235,61
TOTAL		22,25%	R\$ 1.083,77	16,65%	R\$ 763,00	15,79%	R\$ 694,53

Quadro-resumo do Custo por Empregado		Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
	Mão de obra vinculada à execução contratual	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.999,00	R\$ 1.999,00	R\$ 1.999,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.618,00	R\$ 1.618,00	R\$ 1.489,17
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 186,98	R\$ 186,98	R\$ 184,74
D	Módulo 4 - Custos de reposição do profissional ausente	R\$ 292,14	R\$ 292,14	R\$ 292,14
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 52,68	R\$ 52,68	R\$ 52,68
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 4.148,81	R\$ 4.148,81	R\$ 4.017,73
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 1.083,77	R\$ 763,00	R\$ 694,53
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 5.232,58	R\$ 4.911,81	R\$ 4.712,26

Anexo III- D - Quadro-Demonstrativo VALOR GLOBAL DA PROPOSTA				
	Descrição	Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 5.232,58	R\$ 4.911,81	R\$ 4.712,26
B	Valor mensal do serviço	R\$ 20.930,32	R\$ 19.647,24	R\$ 18.849,04
C	Valor global da proposta (valor mensal X meses de contrato)	R\$ 251.163,84	R\$ 235.766,88	R\$ 226.188,48



**PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

<b>A</b>	Data de apresentação da proposta	
<b>B</b>	Município/UF	Maceió/AL
<b>C</b>	Ano, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	AL000013/2026
<b>D</b>	Nº de meses de execução contratual	12

**IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

Tipo de serviço	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR
Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação – Outras Necessidades (Nível I)	QUANTIDADE	4

**MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO DE OBRA**

		Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação – Outras Necessidades (Nível I)
1	Tipo de serviços (mesmo serviço com características distintas)	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.666,00
3	Categoria profissional	SINDLIMP/AL
4	Data-base da categoria	01 de Janeiro de 2026

**MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

1	Composição da Remuneração	VALOR (R\$)
A	Salário-base	R\$ 1.666,00
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros	
<b>Total da Remuneração</b>		<b>R\$ 1.666,00</b>

**MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**

**Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias**

2.1	13º Salário	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 138,83
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 46,31
<b>Subtotal</b>		<b>11,11%</b>	<b>R\$ 185,15</b>

		Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
		3,07%	R\$ 68,13	3,45%	R\$ 57,40
TOTAL		14,18%	R\$ 253,28	14,56%	R\$ 242,54

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**

		Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 333,20	20,00%	R\$ 333,20
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 24,99		-
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 16,66		-
D	INCRA	0,20%	R\$ 3,33		-
E	Salário-Educação	2,50%	R\$ 41,65		-
F	FGTS	8,00%	R\$ 133,28	8,00%	R\$ 133,28
G	SAT/INSS	3,00%	R\$ 49,98	3,00%	R\$ 49,98
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 10,00		-
<b>TOTAL</b>		<b>36,80%</b>	<b>R\$ 613,09</b>	<b>31,00%</b>	<b>R\$ 516,46</b>

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ 76,04
B	Auxílio-refeição/Alimentação	R\$ 510,40
C	Assistência Médica e Familiar	-
D	Benefício Social Obreiro	R\$ 12,00
Total de Insumos diversos		R\$ 598,44

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Lucro Real e Presumido	Simple Nacional
2.1	13º Salário e Adicional de Férias	R\$ 253,28	R\$ 242,54
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 613,09	R\$ 516,46
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 598,44	R\$ 598,44
TOTAL		R\$ 1.464,81	R\$ 1.357,44

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3	Provisão para Rescisão			%	Valor (R\$)	
A	Aviso prévio indenizado			2,50%	R\$ 41,65	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado			0,20%	R\$ 3,33	
C	Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado					
D	Aviso prévio trabalhado			1,94%	R\$ 32,32	
Subtotal					R\$ 77,30	
			Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre aviso prévio trabalhado	%Valor (R\$)		%	Valor (R\$)	
		0,71%R\$ 11,89		0,60%	R\$ 10,02	
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		4,00%	R\$ 66,64	4,00%	R\$ 66,64
TOTAL			9,35%	R\$ 155,84	9,24%	R\$ 153,96

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Ausências legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	R\$ 138,78
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,99%	R\$ 49,81
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,69%	R\$ 11,57
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	1,30%	R\$ 21,66
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	1,30%	R\$ 21,66
F	Substituto na cobertura de Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 243,48
Submódulo 4.2 - Intra jornada ou Substituto da Intra jornada			
4.2.	Intra jornada	Valor (R\$)	
A	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intra jornada	R\$ 0,00	
TOTAL			R\$ 0,00

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Lucro Real e Presumido	Simple Nacional
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 243,48	R\$ 243,48
4.2	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intra jornada	-	-
TOTAL		R\$ 243,48	R\$ 243,48

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 29,04
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros	
TOTAL		R\$ 29,04

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Lucro Real		Lucro Presumido		Simples Nacional	
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 106,77	3,00%	R\$ 106,77	3,00%	R\$ 103,50
B	Lucro	5,00%	R\$ 183,30	5,00%	R\$ 183,30	5,00%	R\$ 177,67
C	<b>Tributos</b>	<b>0,8575</b>	<b>R\$ 4.488,90</b>	<b>0,9135</b>	<b>R\$ 4.213,72</b>	<b>0,9221</b>	<b>R\$ 4.046,29</b>
C.1	Tributos Federais (PIS)	1,65%	R\$ 74,07	0,65%	R\$ 27,39	0,44%	R\$ 17,80
	Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 341,16	3,00%	R\$ 126,41	2,35%	R\$ 95,09
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 224,45	5,00%	R\$ 210,69	5,00%	R\$ 202,31
<b>TOTAL</b>		<b>22,25%</b>	<b>R\$ 929,74</b>	<b>16,65%</b>	<b>R\$ 654,56</b>	<b>15,79%</b>	<b>R\$ 596,37</b>

Quadro-resumo do Custo por Empregado		Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
	Mão de obra vinculada à execução contratual	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.666,00	R\$ 1.666,00	R\$ 1.666,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.464,81	R\$ 1.464,81	R\$ 1.357,44
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 155,84	R\$ 155,84	R\$ 153,96
D	Módulo 4 - Custos de reposição do profissional ausente	R\$ 243,48	R\$ 243,48	R\$ 243,48
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 29,04	R\$ 29,04	R\$ 29,04
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ 3.559,16</b>	<b>R\$ 3.559,16</b>	<b>R\$ 3.449,92</b>
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 929,74	R\$ 654,56	R\$ 596,37
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ 4.488,90</b>	<b>R\$ 4.213,72</b>	<b>R\$ 4.046,29</b>

Anexo III- D - Quadro-Demonstrativo VALOR GLOBAL DA PROPOSTA				
	Descrição	Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 4.488,90	R\$ 4.213,72	R\$ 4.046,29
B	Valor mensal do serviço	R\$ 17.955,60	R\$ 16.854,88	R\$ 16.185,16
C	Valor global da proposta (valor mensal X meses de contrato)	R\$ 215.467,20	R\$ 202.258,56	R\$ 194.221,92

**PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

<b>A</b>	Data de apresentação da proposta	
<b>B</b>	Município/UF	Maceió/AL
<b>C</b>	Ano, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	AL000013/2026
<b>D</b>	Nº de meses de execução contratual	12

**IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

Tipo de serviço	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR
Assistente de Manutenção (Nível V)	QUANTIDADE	1

**MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO DE OBRA**

1	Tipo de serviços (mesmo serviço com características distintas)		Assistente de Manutenção (Nível V)
2	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1.962,00
3	Categoria profissional		SINDLIMP/AL
4	Data-base da categoria		01 de Janeiro de 2026

**MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

1	Composição da Remuneração	VALOR (R\$)
A	Salário-base	R\$ 1.962,00
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros	
<b>Total da Remuneração</b>		<b>R\$ 1.962,00</b>

**MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS**

**Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias**

2.1	13º Salário	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 163,50
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 54,54
<b>Subtotal</b>		<b>11,11%</b>	<b>R\$ 218,04</b>
C Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias		<b>Lucro Real e Presumido</b>	
		%	Valor (R\$)
		3,07%	R\$ 80,24
		3,45%	R\$ 67,59
<b>TOTAL</b>		<b>14,18%</b>	<b>R\$ 298,28</b>
		<b>14,56%</b>	<b>R\$ 285,64</b>

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições		Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 392,40	20,00%	R\$ 392,40
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 29,43		-
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 19,62		-
D	INCRA	0,20%	R\$ 3,92		-
E	Salário-Educação	2,50%	R\$ 49,05		-
F	FGTS	8,00%	R\$ 156,96	8,00%	R\$ 156,96
G	SAT/INSS	3,00%	R\$ 58,86	3,00%	R\$ 58,86
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 11,77		-
<b>TOTAL</b>		<b>36,80%</b>	<b>R\$ 722,02</b>	<b>31,00%</b>	<b>R\$ 608,22</b>

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários**

		VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ 58,28
B	Auxílio-refeição/Alimentação	R\$ 510,40
C	Assistência Médica e Familiar	-

D	Benefício Social Obreiro	R\$ 12,00
<b>Total de Insumos diversos</b>		<b>R\$ 580,68</b>

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Lucro Real e Presumido	Simplex Nacional
2.1	13º Salário e Adicional de Férias	R\$ 298,28	R\$ 285,64
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 722,02	R\$ 608,22
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 580,68	R\$ 580,68
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.600,98</b>	<b>R\$ 1.474,54</b>

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO							
3	Provisão para Rescisão		%		Valor (R\$)		
A	Aviso prévio indenizado		2,50%		R\$ 49,05		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		0,20%		R\$ 3,92		
C	Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado						
D	Aviso prévio trabalhado		1,94%		R\$ 38,06		
Subtotal					R\$ 91,04		
			Lucro Real e Presumido		Simplex Nacional		
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre aviso prévio trabalhado	%		Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	
		0,71%		R\$ 14,01	0,60%	R\$ 11,80	
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		4,00%		R\$ 78,48	4,00%	R\$ 78,48
TOTAL			9,35%		R\$ 183,52	9,24%	R\$ 181,32

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Ausências legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	R\$ 163,43
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,99%	R\$ 58,66
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,69%	R\$ 13,63
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	1,30%	R\$ 25,51
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	1,30%	R\$ 25,51
F	Substituto na cobertura de Outros (especificar)	0,00%	-
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 286,74</b>
Submódulo 4.2 - Intra jornada ou Substituto da Intra jornada			
4.2.	Intra jornada	Valor (R\$)	
A	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intra jornada	0	
<b>TOTAL</b>			<b>0</b>

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Lucro Real e Presumido	Simplex Nacional
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 286,74	R\$ 286,74
4.2	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intra jornada	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 286,74</b>	<b>R\$ 286,74</b>

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 31,05
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 31,05</b>

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Lucro Real		Lucro Presumido		Simplex Nacional	
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 121,93	3,00%	R\$ 121,93	3,00%	R\$ 118,07
B	Lucro	5,00%	R\$ 209,31	5,00%	R\$ 209,31	5,00%	R\$ 202,69
C	Tributos	0,8575	R\$ 5.125,98	0,9135	R\$ 4.811,75	0,9221	R\$ 4.615,98

C.1	Tributos Federais (PIS)	1,65%	R\$ 84,58	0,65%	R\$ 31,28	0,44%	R\$ 20,31
	Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 389,57	3,00%	R\$ 144,35	2,35%	R\$ 108,48
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 256,30	5,00%	R\$ 240,59	5,00%	R\$ 230,80
<b>TOTAL</b>		<b>22,25%</b>	<b>R\$ 1.061,69</b>	<b>16,65%</b>	<b>R\$ 747,46</b>	<b>15,79%</b>	<b>R\$ 680,34</b>

Quadro-resumo do Custo por Empregado		Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.962,00	R\$ 1.962,00	R\$ 1.962,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.600,98	R\$ 1.600,98	R\$ 1.474,54
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 183,52	R\$ 183,52	R\$ 181,32
D	Módulo 4 - Custos de reposição do profissional ausente	R\$ 286,74	R\$ 286,74	R\$ 286,74
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 31,05	R\$ 31,05	R\$ 31,05
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ 4.064,29</b>	<b>R\$ 4.064,29</b>	<b>R\$ 3.935,64</b>
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 1.061,69	R\$ 747,46	R\$ 680,34
	<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>	<b>R\$ 5.125,98</b>	<b>R\$ 4.811,75</b>	<b>R\$ 4.615,98</b>

Anexo III- D - Quadro-Demonstrativo VALOR GLOBAL DA PROPOSTA				
	<b>Descrição</b>	<b>Lucro Real</b>	<b>Lucro Presumido</b>	<b>Simples Nacional</b>
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 5.125,98	R\$ 4.811,75	R\$ 4.615,98
B	Valor mensal do serviço	R\$ 5.125,98	R\$ 4.811,75	R\$ 4.615,98
C	Valor global da proposta (valor mensal X meses de contrato)	R\$ 61.511,76	R\$ 57.741,00	R\$ 55.391,76



DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município/UF	Maceió/AL
C	Ano, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	AL000013/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de serviço	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR
Assistente Administrativo (Categoria V do Nível IX)	QUANTIDADE	18

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviços (mesmo serviço com características distintas)		Assistente Administrativo (Categoria V do Nível IX)
2	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 2.796,00
3	Categoria profissional		SINDLIMP/AL
4	Data-base da categoria		01 de Janeiro de 2026

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	VALOR (R\$)
A	Salário-base	R\$ 2.796,00
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros	
Total da Remuneração		R\$ 2.796,00

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias

2.1	13º Salário			%	Valor (R\$)
A	13º Salário			8,33%	R\$ 233,00
B	Adicional de Férias			2,78%	R\$ 77,73
Subtotal				11,11%	R\$ 310,73
		Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
		3,07%	R\$ 114,35	3,45%	R\$ 96,33
TOTAL		14,18%	R\$ 425,08	14,56%	R\$ 407,05

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições		Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 559,20	20,00%	R\$ 559,20
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 41,94		-
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 27,96		-
D	INCRA	0,20%	R\$ 5,59		-
E	Salário-Educação	2,50%	R\$ 69,90		-
F	FGTS	8,00%	R\$ 223,68	8,00%	R\$ 223,68
G	SAT/INSS	3,00%	R\$ 83,88	3,00%	R\$ 83,88
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 16,78		-
TOTAL		36,80%	R\$ 1.028,93	31,00%	R\$ 866,76

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ 8,24
B	Auxílio-refeição/Alimentação	R\$ 510,40
C	Assistência Médica e Familiar	-

D	Benefício Social Obreiro	R\$ 12,00
<b>Total de Insumos diversos</b>		<b>R\$ 530,64</b>

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diá	Lucro Real e Presumido	Simplex Nacional
2.1	13º Salário e Adicional de Férias	R\$ 425,08	R\$ 407,05
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.028,93	R\$ 866,76
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 530,64	R\$ 530,64
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.984,64</b>	<b>R\$ 1.804,45</b>

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)		
A	Aviso prévio indenizado		2,50%	R\$ 69,90		
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		0,20%	R\$ 5,59		
C	Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado					
D	Aviso prévio trabalhado		1,94%	R\$ 54,24		
Subtotal				R\$ 129,73		
			Lucro Real e Presumido		Simplex Nacional	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre aviso prévio trabalhado		%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
			0,71%	R\$ 19,96	0,60%	R\$ 16,82
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		4,00%	R\$ 111,84	4,00%	R\$ 111,84
TOTAL			9,35%	261,54	9,24%	R\$ 258,39

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Ausências legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	R\$ 232,91
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,99%	R\$ 83,60
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,69%	R\$ 19,42
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	1,30%	R\$ 36,35
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	1,30%	R\$ 36,35
F	Substituto na cobertura de Outros (especificar)	0,00%	-
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 408,62</b>
Submódulo 4.2 - Intraornada ou Substituto da Intraornada			
4.2.	Intraornada	Valor (R\$)	
A	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intraornada	0	
<b>TOTAL</b>			<b>0</b>

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Lucro Real e Presumido	Simplex Nacional
4.1	Substituto nas Ausências Legais	408,62	R\$ 408,62
4.2	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intraornada	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>408,62</b>	<b>R\$ 408,62</b>

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 37,16
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 37,16</b>

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Lucro Real		Lucro Presumido		Simplex Nacional	
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 164,64	3,00%	R\$ 164,64	3,00%	R\$ 159,14
B	Lucro	5,00%	R\$ 282,63	5,00%	R\$ 282,63	5,00%	R\$ 273,19
C	Tributos	<b>0,8575</b>	<b>R\$ 6.921,55</b>	<b>0,9135</b>	<b>R\$ 6.497,24</b>	<b>0,9221</b>	<b>R\$ 6.221,61</b>



C.1	Tributos Federais (PIS)	1,65%	R\$ 114,21	0,65%	R\$ 42,23	0,44%	R\$ 27,38
	Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 526,04	3,00%	R\$ 194,92	2,35%	R\$ 146,21
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 346,08	5,00%	R\$ 324,86	5,00%	R\$ 311,08
<b>TOTAL</b>		<b>22,25%</b>	<b>R\$ 1.433,59</b>	<b>16,65%</b>	<b>R\$ 1.009,28</b>	<b>15,79%</b>	<b>R\$ 916,99</b>

Quadro-resumo do Custo por Empregado		Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
	Mão de obra vinculada à execução contratual	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.796,00	R\$ 2.796,00	R\$ 2.796,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.984,64	R\$ 1.984,64	R\$ 1.804,45
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 261,54	R\$ 261,54	R\$ 258,39
D	Módulo 4 - Custos de reposição do profissional ausente	R\$ 408,62	R\$ 408,62	R\$ 408,62
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 37,16	R\$ 37,16	R\$ 37,16
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ 5.487,96</b>	<b>R\$ 5.487,96</b>	<b>R\$ 5.304,62</b>
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 1.433,59	R\$ 1.009,28	R\$ 916,99
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ 6.921,55</b>	<b>R\$ 6.497,24</b>	<b>R\$ 6.221,61</b>

Anexo III- D - Quadro-Demonstrativo VALOR GLOBAL DA PROPOSTA				
	Descrição	Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 6.921,55	R\$ 6.497,24	R\$ 6.221,61
B	Valor mensal do serviço	R\$ 124.587,90	R\$ 116.950,32	R\$ 111.988,98
C	Valor global da proposta (valor mensal X meses de contrato)	R\$ 1.495.054,80	R\$ 1.403.403,84	R\$ 1.343.867,76



DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

A	Data de apresentação da proposta	
B	Município/UF	Maceió/AL
C	Ano, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	AL000013/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de serviço	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL A CONTRATAR
Prestação de Serviços de Motorista (Nível IX)	QUANTIDADE	1

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviços (mesmo serviço com características distintas)		Prestação de Serviços de Motorista (Nível IX)
2	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 2.796,00
3	Categoria profissional		SINDLIMP/AL
4	Data-base da categoria		01 de Janeiro de 2026

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	VALOR (R\$)
A	Salário-base	R\$ 2.796,00
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros	
Total da Remuneração		R\$ 2.796,00

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias

2.1	13º Salário	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 233,00
B	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 77,73
Subtotal		11,11%	R\$ 310,73
C Incidência do submódulo 2.2 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias		Lucro Real e Presumido	
		%	Valor (R\$)
		3,07%	R\$ 114,35
		Simples Nacional	
		%	Valor (R\$)
		3,45%	R\$ 96,33
TOTAL		14,18%	R\$ 425,08
		14,56%	R\$ 407,05

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

		Lucro Real e Presumido		Simples Nacional	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 559,20	20,00%	R\$ 559,20
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 41,94		-
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 27,96		-
D	INCRA	0,20%	R\$ 5,59		-
E	Salário-Educação	2,50%	R\$ 69,90		-
F	FGTS	8,00%	R\$ 223,68	8,00%	R\$ 223,68
G	SAT/INSS	3,00%	R\$ 83,88	3,00%	R\$ 83,88
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 16,78		-
TOTAL		36,80%	R\$ 1.028,93	31,00%	R\$ 866,76

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

		VALOR (R\$)
A	Transporte	R\$ 8,24
B	Auxílio-refeição/Alimentação	R\$ 510,40
C	Assistência Médica e Familiar	-

D	Benefício Social Obreiro	R\$ 12,00
<b>Total de Insumos diversos</b>		<b>R\$ 530,64</b>

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Lucro Real e Presumido	Simplex Nacional
2.1	13º Salário e Adicional de Férias	R\$ 425,08	R\$ 407,05
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 1.028,93	R\$ 866,76
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 530,64	R\$ 530,64
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.984,64</b>	<b>R\$ 1.804,45</b>

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO					
3	Provisão para Rescisão			%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado			2,50%	R\$ 69,90
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado			0,20%	R\$ 5,59
C	Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado				
D	Aviso prévio trabalhado			1,94%	R\$ 54,24
Subtotal					R\$ 129,73
		Lucro Real e Presumido		Simplex Nacional	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre aviso prévio trabalhado	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
		0,71%	R\$ 19,96	0,60%	R\$ 16,82
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 111,84	4,00%	R\$ 111,84
TOTAL		9,35%	R\$ 261,54	9,24%	R\$ 258,39

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Ausências legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	R\$ 232,91
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	2,99%	R\$ 83,60
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,69%	R\$ 19,42
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	1,30%	R\$ 36,35
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	1,30%	R\$ 36,35
F	Substituto na cobertura de Outros (especificar)	0,00%	-
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 408,62</b>
Submódulo 4.2 - Intra jornada ou Substituto da Intra jornada			
4.2.	Intra jornada	Valor (R\$)	
A	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intra jornada	0	
<b>TOTAL</b>			<b>0</b>

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Lucro Real e Presumido	Simplex Nacional
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$ 408,62	R\$ 408,62
4.2	Intervalo para repouso ou alimentação ou Substituto na Intra jornada	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 408,62</b>	<b>R\$ 408,62</b>

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 52,52
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 52,52</b>

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		Lucro Real		Lucro Presumido		Simplex Nacional	
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 165,10	3,00%	R\$ 165,10	3,00%	R\$ 159,60
B	Lucro	5,00%	R\$ 283,42	5,00%	R\$ 283,42	5,00%	R\$ 273,98
C	Tributos	0,8575	R\$ 6.940,92	0,9135	R\$ 6.515,42	0,9221	R\$ 6.239,63

C.1	Tributos Federais (PIS)	1,65%	R\$ 114,53	0,65%	R\$ 42,35	0,44%	R\$ 27,45
	Tributos Federais (COFINS)	7,60%	R\$ 527,51	3,00%	R\$ 195,46	2,35%	R\$ 146,63
C.2	Tributos Estaduais	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00
C.3	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$ 347,05	5,00%	R\$ 325,77	5,00%	R\$ 311,98
<b>TOTAL</b>		<b>22,25%</b>	<b>R\$ 1.437,60</b>	<b>16,65%</b>	<b>R\$ 1.012,10</b>	<b>15,79%</b>	<b>R\$ 919,65</b>

Quadro-resumo do Custo por Empregado		Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
	Mão de obra vinculada à execução contratual	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.796,00	R\$ 2.796,00	R\$ 2.796,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.984,64	R\$ 1.984,64	R\$ 1.804,45
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 261,54	R\$ 261,54	R\$ 258,39
D	Módulo 4 - Custos de reposição do profissional ausente	R\$ 408,62	R\$ 408,62	R\$ 408,62
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 52,52	R\$ 52,52	R\$ 52,52
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	<b>R\$ 5.503,32</b>	<b>R\$ 5.503,32</b>	<b>R\$ 5.319,98</b>
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 1.437,60	R\$ 1.012,10	R\$ 919,65
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ 6.940,92</b>	<b>R\$ 6.515,42</b>	<b>R\$ 6.239,63</b>

Anexo III- D - Quadro-Demonstrativo VALOR GLOBAL DA PROPOSTA				
	Descrição	Lucro Real	Lucro Presumido	Simples Nacional
A	Valor proposto por unidade de medida	R\$ 6.940,92	R\$ 6.515,42	R\$ 6.239,63
B	Valor mensal do serviço	R\$ 6.940,92	R\$ 6.515,42	R\$ 6.239,63
C	Valor global da proposta (valor mensal X meses de contrato)	R\$ 83.291,04	R\$ 78.185,04	R\$ 74.875,56



DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE ALAGOAS

## QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

### LUCRO REAL

Tipo de serviço		Valor proposto por empregado	Qtde de empregados	Valor proposto mensal	Qtde de meses	Valor total do serviço anual
(A)		(B)	(C)	(E) = (B x C)	(F)	(G) = (E x F)
1	Prestação de serviços de recepção	R\$ 5.232,58	4	R\$ 20.930,32	12	R\$ 251.163,84
2	Prestação de serviços de limpeza e conservação	R\$ 4.488,90	4	R\$ 17.955,60	12	R\$ 215.467,20
3	Prestação de serviços de Assistente de Manutenção - Nível X	R\$ 5.125,98	1	R\$ 5.125,98	12	R\$ 61.511,76
4	Prestação de serviços de Assistente Administrativo - Categoria V do Nível IX	R\$ 6.921,55	18	R\$ 124.587,90	12	R\$ 1.495.054,80
5	Prestação de serviços de Motorista - Nível IX	R\$ 6.940,92	1	R\$ 6.940,92	12	R\$ 83.291,04
Valor total mensal dos serviços				R\$ 175.540,72		R\$ 2.106.488,64

### LUCRO PRESUMIDO

Tipo de serviço		Valor proposto por empregado	Qtde de empregados	Valor proposto mensal	Qtde de meses	Valor total do serviço anual
(A)		(B)	(C)	(E) = (B x C)	(F)	(G) = (E x F)
1	Prestação de serviços de recepção	R\$ 4.911,81	4	R\$ 19.647,24	12	R\$ 235.766,88
2	Prestação de serviços de limpeza e conservação	R\$ 4.213,72	4	R\$ 16.854,88	12	R\$ 202.258,56
3	Prestação de serviços de Assistente de Manutenção - Nível X	R\$ 4.811,75	1	R\$ 4.811,75	12	R\$ 57.741,00

4	Prestação de serviços de Assistente Administrativo - Categoria V do Nível IX	R\$ 6.497,24	18	R\$ 116.950,32	12	R\$ 1.403.403,84
5	Prestação de serviços de Motorista - Nível IX	R\$ 6.515,42	1	R\$ 6.515,42	12	R\$ 78.185,04
<b>Valor total mensal dos serviços</b>				<b>R\$ 164.779,61</b>		<b>R\$ 1.977.355,32</b>

SIMPLES NACIONAL						
Tipo de serviço		Valor proposto por empregado	Qtde de empregados	Valor proposto mensal	Qtde de meses	Valor total do serviço anual
(A)		(B)	(C)	(E) = (B x C)	(F)	(G) = (E x F)
1	Prestação de serviços de recepção	R\$ 4.712,26	4	R\$ 18.849,04	12	R\$ 226.188,48
2	Prestação de serviços de limpeza e conservação	R\$ 4.046,29	4	R\$ 16.185,16	12	R\$ 194.221,92
3	Prestação de serviços de Assistente de Manutenção - Nível X	R\$ 4.615,98	1	R\$ 4.615,98	12	R\$ 55.391,76
4	Prestação de serviços de Assistente Administrativo - Categoria V do Nível IX	R\$ 6.221,61	18	R\$ 111.988,98	12	R\$ 1.343.867,76
5	Prestação de serviços de Motorista - Nível IX	R\$ 6.239,63	1	R\$ 6.239,63	12	R\$ 74.875,56
<b>Valor total mensal dos serviços</b>				<b>R\$ 157.878,79</b>		<b>R\$ 1.894.545,48</b>

### UNIFORME - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (CUSTO POR FUNCIONÁRIO)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO UNIFORME	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Blusa social, prioritariamente na cor branca.	Und	2	R\$ 111,70	R\$ 223,40
2	Calça social, prioritariamente na cor preta	Und	2	R\$ 111,26	R\$ 222,52
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 445,92	
TOTAL POR FUNCIONÁRIO				R\$ 37,16	

### UNIFORME - RECEPCIONISTA (CUSTO POR FUNCIONÁRIO)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO UNIFORME	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Blusa social, prioritariamente na cor branca	Und	2	R\$ 111,70	R\$ 223,40
2	Calça social, prioritariamente na cor preta	Und	2	R\$ 111,26	R\$ 222,52
3	Sapato social, prioritariamente na cor preta	Par	1	R\$ 186,23	R\$ 186,23
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 632,15	
TOTAL POR FUNCIONÁRIO				R\$ 52,68	

### UNIFORME - MOTORISTA (CUSTO POR FUNCIONÁRIO)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO UNIFORME	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Blusa social, prioritariamente na cor branca.	Und	2	R\$ 110,72	R\$ 221,44
2	Calça social, prioritariamente na cor preta.	Und	2	R\$ 111,26	R\$ 222,52
3	Sapato social, prioritariamente na cor preta.	Par	1	R\$ 186,23	R\$ 186,23
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 630,19	
TOTAL POR FUNCIONÁRIO				R\$ 52,52	

### UNIFORME - ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO (CUSTO POR FUNCIONÁRIO)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO UNIFORME	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Blusa polo, prioritariamente na cor verde.	Und	2	R\$ 72,66	R\$ 145,32
2	Calça reta com elástico, prioritariamente na cor verde	Und	2	R\$ 72,40	R\$ 144,80
3	Botina em couro, prioritariamente na cor preta.	Par	1	R\$ 82,50	R\$ 82,50
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 372,62	
TOTAL POR FUNCIONÁRIO				R\$ 31,05	

### UNIFORME - LIMPEZA (CUSTO POR FUNCIONÁRIO)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO UNIFORME	UNIDADE DE COMPRA	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Blusa polo, prioritariamente na cor azul.	Und	2	R\$ 68,66	R\$ 137,32
2	Calça reta com elástico, prioritariamente na cor azul	Und	2	R\$ 76,00	R\$ 152,00
3	Bota em couro, prioritariamente na cor preta.	Par	1	R\$ 59,12	R\$ 59,12
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 348,44	
TOTAL POR FUNCIONÁRIO				R\$ 29,04	



## EAL -DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DE ALAGOAS

**Estudo Técnico Preliminar 6/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: E:12070.0000000867/2026

**2. Descrição da necessidade**

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo avaliar a viabilidade da contratação de serviços terceirizados com dedicação de mão de obra exclusiva para a Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE/AL), nas funções de assistente administrativo, recepção, motorista, assistente de manutenção e conservação e limpeza.

A presente contratação tem por finalidade suprir a necessidade contínua de execução de atividades operacionais e de apoio administrativo da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, garantindo o adequado funcionamento das unidades administrativas e de atendimento ao público.

Atualmente, tais serviços são executados por meio de dois instrumentos contratuais vigentes (Contrato nº 030/2022 e Contrato nº 022/2021), que contemplam a disponibilização de profissionais para execução das referidas atividades. Contudo, ambos os contratos possuem vigência prevista **até outubro de 2026**, não sendo possível a sua prorrogação nos termos da legislação aplicável e das condições contratuais estabelecidas.

A instituição possui demanda por serviços auxiliares para à manutenção da rotina organizacional, atendimento eficiente aos assistidos e à preservação da infraestrutura física. Essas atividades são de natureza acessória e complementar às atribuições finalísticas da Defensoria Pública.

Importante ressaltar que os serviços terceirizados são utilizados para a continuidade das atividades de suporte administrativo, assim, o objetivo dessa contratação é a realização do funcionamento das atividades de forma adequada e qualidade da qual se necessita.

A interrupção desses serviços pode acarretar prejuízos para a administração da Defensoria Pública, incluindo a queda na qualidade do atendimento ao público e até mesmo a interrupção de serviços essenciais. Portanto, deve-se garantir a continuidade das atividades administrativas por meio de uma nova contratação, assegurando o adequado funcionamento da instituição e o atendimento satisfatório às demandas internas e externas.

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados, com dedicação exclusiva de mão de obra, visa assegurar a execução contínua e eficiente do atendimento integral da demanda administrativa e operacional, para o pleno funcionamento das unidades, bem como para atender a necessidade de manutenção das condições adequadas de higiene, organização, atendimento ao público e suporte logístico às atividades institucionais.

Diante da inexistência de quadros de funcionários da Defensoria Pública do Estado de Alagoas para a execução desses serviços, a ausência da contratação poderá comprometer a continuidade dos serviços administrativos, a qualidade do atendimento ao cidadão e a adequada conservação do patrimônio. Dessa forma, a terceirização apresenta-se como solução adequada para garantir eficiência, continuidade e apoio às atividades-meio da instituição.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração e Finanças	Paulo Ricardo Silva Lima

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A natureza do objeto deste ETP, enquadra-se em serviços comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, devendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão.

O objetivo é contratar o serviço de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva de mão de obra e em regime de empreitada por preço global e de natureza continuada.

O serviço é enquadrado como contínuo pois se interrompidos comprometem a continuidade da manutenção das atividades administrativas, impossibilitando o perfeito desempenho das suas atribuições.

Os serviços serão prestados por empresa devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade e com utilização de mão de obra de formação profissional específica com dedicação exclusiva. O treinamento e capacitação de mão de obra não implicarão em custos com a contratação.

A empresa deve utilizar rotinas e definir perfil de mão de obra para os postos de serviço que possibilitem maior eficiência do efetivo.

A contratada deve garantir os direitos trabalhistas e atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para os empregados. Deverá providenciar uniformes adequados e Equipamentos de Proteção Individual quando exigidos pela natureza do serviço, desde o início da execução do serviço, para que os profissionais indicados, apresentem-se ao serviço devidamente uniformizados.

A contratada deverá promover a supervisão dos profissionais alocados. Deverá, ainda, garantir a imediata substituição de empregados em caso de ausência, afastamento ou desligamento, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

A contratada deverá comprovar experiência mínima de 3(três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

No aspecto operacional, a empresa deverá disponibilizar profissionais devidamente qualificados para o desempenho das funções de assistente administrativo, recepção, motorista de veículos, assistente de manutenção e conservação e limpeza, observando as exigências mínimas de escolaridade, habilitação e experiência compatíveis com cada atividade.

Os empregados deverão ser formalmente contratados sob o regime da CLT, sendo de inteira responsabilidade da contratada o pagamento de salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outros custos decorrentes da execução contratual.

Será exigida garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento.

O contrato firmado terá vigência de 24 (vinte e quatro meses), contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

O serviço é contínuo pois que se interrompidos comprometem a continuidade da manutenção das atividades administrativas, impossibilitando o perfeito desempenho das suas atribuições, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o período integral, estando os funcionários à disposição da Administração para que executem tarefas de seu interesse.

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Os procedimentos de transição e finalização do contrato deverá englobar a transição de conhecimento, tecnologia e técnicas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante.

O prazo de execução dos serviços será contado do efetivo recebimento da Ordem de Execução/Nota de Empenho até a expiração do prazo de vigência contratual.

## 5. Levantamento de Mercado

A contratação de uma nova empresa terceirizada pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas é baseada na necessidade de garantir a continuidade das operações administrativas, sendo esta a solução recomendada e efetivada por toda a Administração Pública e privada, principalmente pela difusão da terceirização dos serviços operacionais que vem ampliando o número de empresas especializadas na prestação de tais serviços.

Após a análise de alternativas no mercado, considerando critérios como credibilidade, experiência e qualidade dos serviços oferecidos, a escolha deve ser pautada na empresa que melhor atender às demandas técnicas e operacionais da instituição, assegurando a eficiência, continuidade e qualidade dos serviços prestados.

Um fato de conhecimento da administração é que o mercado de potenciais prestadores dos serviços a serem contratados é bastante vasto, uma vez que as rotinas gerais para sua execução são relativamente simples, não havendo necessidade de especialização nem da parte das empresas, nem dos seus empregados que serão utilizados na prestação dos serviços.

Há algumas possibilidades que poderiam substituir o serviço terceirizado, como por exemplo concurso público e cargos comissionado (tabela 1).

***Tabela 01. Comparação das soluções.***

Solução	Vantagem	Desvantagem
<b>Serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra</b>	Flexibilidade administrativa; reposição rápida de profissionais; previsibilidade contratual; possibilidade de ajuste quantitativo conforme demanda; não exige criação de cargos por lei específica.	Necessidade de fiscalização contratual rigorosa; dependência da qualidade da empresa contratada.
<b>Concurso público para provimento de cargos efetivos</b>	Estabilidade e continuidade institucional; fortalecimento do quadro próprio.	Necessidade de lei específica para criação de cargos; tempo elevado para realização do certame; menor flexibilidade para ajustes futuros.
<b>Ampliação de cargos comissionados</b>	Alinhamento direto com a gestão; dispensa de concurso público (dentro dos limites constitucionais).	Exige previsão legal específica para criação ou ampliação; cargos comissionados devem se destinar a funções de direção, chefia e assessoramento.

Ao analisar as soluções disponíveis para atender às necessidades de atividades administrativas e operacionais da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, verifica-se que cada alternativa apresenta vantagens e limitações.

A realização de concurso público para provimento de cargos efetivos representa solução de longo prazo. Esse solução depende da existência de autorização legislativa específica para criação dos cargos, bem como da correspondente previsão orçamentária. Além disso, a realização de concurso demanda tempo considerável para elaboração do projeto de lei, tramitação legislativa, publicação do edital, realização das etapas seletivas e nomeação dos aprovados, o que pode inviabilizar o atendimento da necessidade administrativa atual.

Tratando da ampliação de cargos comissionados não se mostra solução mais adequada, pois cargos em comissão devem se destinar às atribuições de direção, chefia e assessoramento, não sendo compatíveis com funções operacionais, como limpeza e manutenção, bem como a criação ou ampliação de cargos comissionados também depende de lei específica.

Já a contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra apresenta-se, no cenário atual, como alternativa mais viável. A terceirização permite a contratação de profissionais para execução de atividades-meio, sem necessidade de criação de cargos públicos, oferece agilidade na implementação da solução, uma vez que depende apenas do regular processo licitatório e celebração do contrato não exigindo alteração legislativa para criação de cargos. Também possibilita substituição imediata de profissionais em casos de afastamento, o que garante continuidade dos serviços essenciais de apoio.

A agilidade em contratar uma empresa terceirizada proporcionará versatilidade em termos de tempo. As empresas terceirizadas geralmente têm equipes prontas para começar a trabalhar imediatamente, a experiência é um ponto relevante, o que pode resultar em um trabalho de maior qualidade.

Além disso, a redução de custos indiretos e responsabilidade contratual é um aspecto que deve ser levado em consideração, pois há um contrato estabelecido que define as responsabilidades e obrigações de ambas as partes.

Essa forma de contratação não limita a participação de empresas na licitação, visto que se trata da forma usual de contratação de serviços terceirizados, para a qual o mercado está preparado.

Assim, considerando a necessidade atual da instituição, as limitações legais para criação ou ampliação de cargo, conclui-se que a contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra constitui, no momento, a solução mais adequada para atendimento da demanda existente.

## 6. Descrição da solução como um todo

Diante da Descrição da Necessidade e do Levantamento de Mercado apresentados neste Estudo Técnico, a solução de contratar empresa especializada em serviços terceirizados, nas modalidades de assistente administrativa, recepção, motorista, assistente de manutenção e conservação e limpeza se apresenta como a mais viável para suprir as necessidades desta Defensoria.

A alocação dos postos de trabalho serão distribuídos em diferentes cidades do Estado de Alagoas, como Maceió, Arapiraca, Atalaia e União dos Palmares.

Os serviços serão prestados em horário comercial de segunda-feira a quinta-feira das 8h00 às 18h00 e na sexta-feira das 8h00 às 17h00 com 1 (uma) hora de intervalo para almoço.

*Tabela 02. Especificação dos itens a serem contratados.*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER
01	Assistente Administrativo (categoria V do Nível IX - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	5380
02	Recepção (Nível VI - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	8729
03	Motorista de veículos (Nível IX - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	15008
04	Assistente de Manutenção (Nível V - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	1627
05	Conservação e Limpeza (Nível I - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	25194

A execução do objeto deverá seguir as seguintes dinâmicas, de acordo com o descrito abaixo:

- **Assistente Administrativo:** carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, com os requisitos de Ensino superior incompleto, informática básica e experiência Assistente Administrativo mínima de seis meses em serviços semelhantes. A ocupação abrangerá execução de serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos.
- **Recepção:** carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, com os requisitos de ensino Ensino Médio completo, experiência mínima de seis meses em serviços semelhantes e informática básica. Recepciona visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados. Atende o visitante, indagando suas pretensões, para informá-lo conforme seus pedidos; atende chamadas telefônicas, manipulando telefones e celulares internos, para prestar informações e anotar recados; registra as visitas e os telefones atendidos, anotando dados pessoais e comerciais do visitante, para possibilitar o controle dos atendimentos diários, despacha e recebe documentos /encomendas. Pode executar outras tarefas de escritório de caráter limitado.
- **Motorista de veículo:** carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, com os requisitos de ensino Fundamental completo, comprovar, no mínimo seis meses de experiência profissional como motorista habilitado, com carteira de motorista CNH categoria “D”, apresentar certificado de curso de Primeiros Socorros e certificado de Curso de Direção Defensiva. A ocupação abrangerá dirigir veículos automotores, em geral, acionando os comandos de marcha e direção, conduzindo-o em trajeto indicado, para transportar, a curta e longa distância, passageiros, cargas e mercadorias.
- **Assistente de Manutenção:** carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, com os requisitos de ensino Ensino Médio completo e experiência mínima de seis meses em serviços semelhantes. Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria, pintura e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

- **Conservação e Limpeza:** carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, com os requisitos de ensino Fundamental completo e experiência mínima de seis meses em serviços semelhantes. Executa trabalho rotineiro de limpeza em geral em escritórios, residências e outros locais, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, móveis, utensílios e instalações, para manter as condições de higiene e conservá-los. Remove o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os com vasculhadores, flanelas ou vassouras apropriadas, para conservar lhes a boa aparência; limpa escadas, pisos, passarelas e tapetes, varrendo-os, lavando-os ou encerando-os e passando aspirador de pó, para retirar poeira e detritos; limpa utensílios e objetos de adorno, utilizando pano ou esponja embebidas em água e sabão ou outro meio adequado, para manter a boa aparência dos locais; arruma banheiros e toaletes, limpando-os com água e sabão, detergentes e desinfetantes e reabastecendo-os de papel sanitário, toalhas e sabonetes, para conservá-los em condições de uso; coleta o lixo dos depósitos, recolhendo em latões, para depositá-lo na lixeira. Pode ajudar na remoção ou arrumação de móveis ou utensílios.

Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar fardamentos específicos para o cargo, promovendo sua substituição quando necessário, disponibilizando uniformes completos.

Os uniformes a serem fornecidos pela contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão, com peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade.

O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário, de acordo com as seguintes quantidades:

***Tabela 03. Itens dos fardamentos, com suas respectivas quantidades anuais.***

Item	Descrição	CATMAT	Unidade de medida	Quant.	Valor estimado unitário *	Valor estimado total
01	Blusa social, prioritariamente na cor branca (assistente administrativo e recepção).	613286	UND	44	R\$ 109,00	R\$ 4.796,00
02	Blusa de botão manga curta, com bolso, prioritariamente na cor branca (motorista).	632804	UND	02	R\$ 100,18	R\$ 200,36
03	Calça social prioritariamente na cor preta (assistente Administrativo/ motorista/ recepção).	601101	UND	46	R\$ 104,95	R\$ 4.827,70
04	Blusa polo, prioritariamente na cor azul (conservação e limpeza).	614134	UND	08	R\$ 66,00	R\$ 528,00
05	Calça reta com elástico, prioritariamente na cor azul (conservação e limpeza).	476853	UND	08	R\$ 70,00	R\$ 560,00
06	Blusa polo, prioritariamente na cor verde (assistente de manutenção).	476860	UND	02	R\$ 66,00	R\$ 132,00
07	Calça reta, com elástico, prioritariamente na cor verde (assistente de manutenção).	476853	UND	02	R\$ 70,00	R\$ 140,00
08	Sapato social feminino/ masculino (motorista/ recepção).	463851	PAR	05	R\$ 143,00	R\$ 715,00
09	Bota em couro, preta (conservação e limpeza).	230000	PAR	04	R\$ 58,36	R\$ 233,44
10	Botina em couro, preta (assistente de manutenção).	222193	PAR	01	R\$ 61,68	R\$ 61,80

\*Os preços unitários estimados foram compostos com base nas fontes de consulta listadas no Anexo I.

Cada trabalhador receberá um uniforme completo com calça e blusa a cada 6 (seis) meses, receberá ainda um sapato/bota/botina uma vez por ano.

As cores dos uniformes estão definidas na tabela e devem ser seguidas prioritariamente. Caso haja necessidade de utilizar uma cor diferente, é imprescindível apresentar uma justificativa adequada à Diretoria Administrativa desta Defensoria.

As quantidades individuais de uniformes por ano, de acordo com cada cargo, serão as seguintes:

**Assistente Administrativo:** 02 (duas) blusas sociais de botão, prioritariamente na cor branca; 02 (duas) calças sociais prioritariamente na preta, conforme tabela abaixo:

***Tabela 04. Quantidades e custos referentes a 01 (um(a)) Assistente Administrativo.***

Item	Especificação do uniforme	Quant.	Valor unitário estimado	Valor total estimado por item	Valor estimado anual
01	Blusa social, prioritariamente na cor branca.	02	R\$ 109,00	R\$ 218,00	R\$ 427,90
02	Calça social, prioritariamente na cor preta.	02	R\$ 104,95	R\$ 209,90	

**Recepção:** 02 (duas) blusas sociais de botão, prioritariamente na cor branca; 02 (duas) calças sociais, prioritariamente na cor preta; 01 (um) sapato social, prioritariamente na cor preta, conforme tabela abaixo:

***Tabela 05. Quantidades de uniformes e custos referentes a 01 (um(a)) recepcionista.***

Item	Especificação do uniforme	Quant.	Valor unitário estimado	Valor total estimado por item	Valor estimado anual
01	Blusa social, prioritariamente na cor branca.	02	R\$ 109,00	R\$ 218,00	R\$ 570,90
02	Calça social, prioritariamente na cor preta.	02	R\$ 104,95	R\$ 209,90	
03	Sapato social, prioritariamente na cor preta.	01	R\$ 143,00	R\$ 143,00	

**Motorista:** 02 (duas) blusas sociais de botão, manga curta, com bolso, prioritariamente na cor branca; 02 (duas) calças sociais prioritariamente na cor preta; 01 (um) sapato social, prioritariamente na cor preta, conforme tabela abaixo:

***Tabela 06. Quantidades e custos referentes a 01 (um) motorista.***

Item	Especificação do uniforme	Quant.	Valor unitário estimado	Valor total estimado por item	Valor estimado anual
01	Blusa social, prioritariamente na cor branca.	02	R\$ 100,18	R\$ 200,36	R\$ 553,26
02	Calça social, prioritariamente na cor preta.	02	R\$ 104,95	R\$ 209,90	
03	Sapato social, prioritariamente na cor preta.	01	R\$ 143,00	R\$ 143,00	

**Assistente de Manutenção:** 02 (duas) blusas polo, prioritariamente na cor verde; 02 (duas) calças retas na prioritariamente na cor verde; 01 (uma) bota de couro prioritariamente na cor preta, conforme tabela abaixo:

***Tabela 07. Quantidades de uniformes e custos referentes a 01 (um) assistente de manutenção.***

Item	Especificação do uniforme	Quant.	Valor unitário estimado	Valor total estimado por item	Valor estimado anual
01	Blusa polo, prioritariamente na cor verde.	02	R\$ 66,00	R\$ 132,00	R\$ 333,68
02	Calça reta com elástico, prioritariamente na cor verde.	02	R\$ 70,00	R\$ 140,00	
03	Botina em couro, prioritariamente na cor preta.	01	R\$ 61,68	R\$ 61,68	

**Conservação e limpeza:** 02 (duas) blusas polos, prioritariamente na cor azul; 02 (duas) calças retas com elástico, prioritariamente na cor azul; 01 (uma) bota em couro, prioritariamente na cor preta, conforme tabela abaixo:

*Tabela 08. Quantidades de uniformes e custos referentes a 01 (uma) pessoa da limpeza.*

Item	Especificação do uniforme	Quant.	Valor unitário estimado	Valor total estimado por item	Valor estimado anual
01	Blusa polo, prioritariamente na cor azul.	02	R\$ 66,00	R\$ 132,00	R\$ 330,36
02	Calça reta com elástico, prioritariamente na cor azul.	02	R\$ 70,00	R\$ 140,00	
03	Bota em couro, prioritariamente na cor preta.	01	R\$ 58,36	R\$ 58,36	

A terceirização deverá permitir flexibilidade administrativa e reposição imediata de profissionais em caso de afastamento.

O prazo de execução dos serviços será contado do efetivo recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Execução até a expiração do prazo de vigência contratual.

A execução do serviço terá início no dia 08 de outubro de 2026.

### 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos dos serviços a serem contratados foram definidos conforme necessidade desta Defensoria, considerando a estrutura organizacional existente, a distribuição das unidades de atendimento e a demanda diária por serviços administrativos e operacionais.

Os postos aqui estimados já se encontram atualmente ocupados por meio de contratos vigentes, que se aproximam do término de sua vigência. Dessa forma, a presente contratação não amplia o quadro de postos, mas faz a manutenção da estrutura necessária ao funcionamento regular da instituição. A redução desses quantitativos comprometeria a continuidade das atividades administrativas, o atendimento ao público e a manutenção das unidades.

Assim, o dimensionamento do quantitativo de postos levou em consideração as necessidades atuais baseadas nos números apresentados nos contratos anteriores, considerando as demandas operacionais e verificando a efetiva necessidade de permanência desses postos.

Na tabela 09 abaixo está descrita a estimativa das quantidades a serem contratadas:

*Tabela 09. Quantidade a ser contratada.*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Quantidade
01	Assistente Administrativo (categoria V do Nível IX - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	Unidade	18
02	Recepção (Nível VI - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	Unidade	04
03	Motorista de veículos (Nível IX - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	Unidade	01
04	Assistente de Manutenção (Nível V - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	Unidade	01
05	Conservação e Limpeza (Nível I - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	Unidade	04

### 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.562.222,40

Estima-se que a ATA de Registro de Preço poderá ter valores mensais de até R\$ 130.185,20 (cento e trinta mil cento e oitenta e cinco reais e vinte centavos) e o valor anual de até R\$ 1.562.222,40 (um milhão quinhentos e sessenta e dois mil duzentos e vinte e dois reais e quarenta centavos), para o período de 12 (doze) meses, conforme detalhado na tabela 10:

**Tabela 10. Valores estimados.**

Item	Descrição	Quant. de postos	Valor unitário	Valor Mensal	Valor Anual
01	Assistente Administrativo (categoria V do Nível IX - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	18	R\$ 5.126,14	R\$ 92.270,52	R\$ 1.107.246,24
02	Recepção (Nível VI - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	04	R\$ 3.873,31	R\$ 15.493,24	R\$ 185.918,88
03	Motorista de veículos (Nível IX - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	01	R\$ 5.126,14	R\$ 5.126,14	R\$ 61.513,68
04	Assistente de Manutenção (Nível V - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	01	R\$ 3.895,10	R\$ 3.895,10	R\$ 46.741,20
05	Conservação e Limpeza (Nível I - Convenção Coletiva de Trabalho/2026).	04	R\$ 3.350,05	R\$ 13.400,20	R\$ 160.802,40

### 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Portanto, não se deve aplicar o princípio de parcelamento nesta contratação, uma vez que dividir o objeto do contrato poderia resultar na perda de economia de escala e na inviabilidade técnica, gerando aumento da complexidade na fiscalização contratual devido a dificuldade de padronização do serviço.

Destaca-se que a existência de mais de uma empresa contratada poderia trazer uma série de transtornos quanto à eventual responsabilização e gerenciamento administrativo.

### 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As contratações correlatas são aquelas que podem estar conectadas, mas não apresentam uma dependência direta entre si. Em contraste, contratações interdependentes, embora distintas, são dependentes umas das outras.

Aos serviços terceirizados para as funções de assistente administrativo, recepção, motorista, assistente de manutenção e conservação e limpeza podemos citar os insumos e equipamentos como contratações correlatas. Por exemplo, o fornecimento de materiais de limpeza e utensílios destinados à equipe de conservação e limpeza; equipamentos de informática, móveis, materiais de expediente destinados a assistentes administrativos e recepcionistas; contratos de locação, abastecimento e manutenção de veículos destinados às atividades dos motoristas; bem como aquisição de ferramentas e materiais de manutenção para os assistentes de manutenção. Essas contratações não se confundem com o objeto principal, mas são complementares para o desempenho das funções em cada posto de trabalho.

Não há contratações interdependentes, considerando que a contratada deverá disponibilizar uniformes e treinamento/capacitação de pessoal.



## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação de serviços terceirizado nas modalidades de assistente administrativa, recepção, motorista, assistente de manutenção e conservação e limpeza está alinhada ao Plano Anual de Contratações para o ano de 2026, visando à celebração de contrato que possibilite ter profissionais para atuar nas demandas operacionais desta Defensoria.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra para as funções de assistente administrativo, recepção, motorista, assistente de manutenção e conservação e limpeza, se apresenta como benéfica para esta Defensoria.

Sob o aspecto operacional, a terceirização assegura a continuidade dos serviços necessários ao funcionamento da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, garantindo suporte às atividades-chaves da instituição, contribuindo para a manutenção administrativa, infraestrutura predial, recepção do público e rotinas internas.

A terceirização transfere ainda à empresa contratada a responsabilidade pela gestão da mão de obra, cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, isso permite que a Administração foque apenas na fiscalização contratual, deixando espaço para as atividades estratégicas da instituição.

A terceirização também permite o ajuste da quantidade de postos de trabalho de acordo com a necessidade, bem como reposição ágil em casos de afastamentos, desligamentos ou substituições de funcionários. A contratação contribui ainda para a melhoria do ambiente, assegurando adequadas condições de limpeza, manutenção, organização e atendimento.

## **13. Providências a serem adotadas**

Para esta contratação não haverá necessidade de adequações administrativas ou físicas nos ambientes que receberão os profissionais.

No entanto, deve-se nomear servidores para atuarem na gestão e fiscalização do contrato, bem como um supervisor ou fiscal técnico para averiguar o serviço dos profissionais com regularidade, para que a prestação do serviço ocorra de forma eficiente e conforme os termos contratuais.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Tratando de impacto ambiental pode-se mencionar impactos indiretos advindos dos resíduos das atividades realizadas durante a execução do serviço pelos profissionais contratados.

Aos serviços de conservação e limpeza destacam-se possíveis impactos relacionados ao consumo de água, utilização de produtos saneantes e geração de resíduos sólido. No caso dos serviços de motorista, os principais impactos ambientais estão associados ao uso de combustíveis, emissão de gases poluentes e geração de resíduos automotivos, como óleos lubrificantes e peças substituídas durante manutenções.

As atividades administrativas e de recepção podem causar aumento no consumo de papel, energia elétrica e equipamentos eletrônicos. Já as atividades de manutenção predial podem gerar resíduos de pequenos reparos, como sobras de materiais, embalagens e componentes substituídos.

Esses impactos ambientais são classificados como indiretos e controláveis, podendo ser adotadas práticas de sustentabilidade, como por exemplo: utilização racional de água e energia elétrica; correta destinação de resíduos e reciclagem; incentivo à redução do uso de descartáveis; manutenção preventiva de veículos para redução de emissões, bem como descarte ambientalmente adequado de óleos, peças automotivas e resíduos de manutenção.

Assim, embora existam impactos ambientais associados à execução dos serviços, estes podem ser prevenidos e controlados através de cumprimento de práticas sustentáveis tanto pela empresa contratada, quanto por esta Defensoria.

A Contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, conduzindo suas atividades em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis relacionadas tanto ao meio ambiente quanto à saúde dos trabalhadores.

A empresa contratada deve seguir as leis e normas que tratam da redução dos impactos ambientais, entre elas estão:

- Normativa nº 01/2010 do STI/MPOG - que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública;
- As resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA que versem acerca das licitações sustentáveis e que versam sobre o destino e tratamento de resíduos sólidos;
- Lei nº 6.938, de 1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, e respectivos regulamentos;
- Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- As Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Para a execução do serviço sugere-se que os profissionais contratados sejam, preferencialmente, das cidades que irão atuar, assim fortalece a mão de obra local, gera emprego e impacto ambiental positivo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A solução de contratar serviço terceirizado nas funções de assistente administrativo, recepção, motorista, assistente de manutenção e conservação e limpeza, por meio de licitação, se mostra importante para atender às necessidades desta Defensoria Pública. Assim, ao término deste estudo concluiu-se que essa solução é viável.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIELLE DE OLIVEIRA DOS SANTOS CARMO**

Assessora Técnica



*Assinou eletronicamente em 19/03/2026 às 09:52:37.*

**Anexo I - Fontes de consulta para composição do preço unitário estimado.**

**Tabela 01. Uniforme**

Item	Especificação	Preço	Fornecedor	Link
01	Blusa social, prioritariamente na cor branca.	R\$ 109,00	TMN UNIFORMES E CONFECO CNPJ: 40.773.984/0001-68	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/-6?compra=98444505900992025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/-6?compra=98444505900992025</a>
02	Blusa de botão manga curta, com bolso, prioritariamente na cor branca.	R\$ 100,18	3S SOLUCOES EDUCACIONAIS LTDA CNPJ: 57.806.857/0001-10	<a href="https://pncp.gov.br/app/edital/07403769000108/2025/69">https://pncp.gov.br/app/edital/07403769000108/2025/69</a>
03	Calça social prioritariamente na cor preta.	R\$ 104,95	UNIFORMES FANEZZE LTDA CNPJ: 36.670.203/0001-32	<a href="https://pncp.gov.br/app/edital/00484829000107/2025/42">https://pncp.gov.br/app/edital/00484829000107/2025/42</a>
04	Blusa polo, prioritariamente na cor azul.	R\$ 66,00	JABOTICABAL UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA CNPJ: 10.438.761/0001-83	<a href="https://pncp.gov.br/app/edital/50387844000105/2026/44">https://pncp.gov.br/app/edital/50387844000105/2026/44</a>
05	Calça reta com elástico, prioritariamente na cor azul.	R\$ 70,00	AAFETO MODA URBANA LTDA CNPJ: 52.752.735/0001-75	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/3?compra=92510206900662025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/3?compra=92510206900662025</a>
06	Blusa polo, prioritariamente na cor verde.	R\$ 66,00	JABOTICABAL UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA CNPJ: 10.438.761/0001-83	<a href="https://pncp.gov.br/app/edital/50387844000105/2026/44">https://pncp.gov.br/app/edital/50387844000105/2026/44</a>
07	Calça reta, com elástico, prioritariamente na cor verde.	R\$ 70,00	AAFETO MODA URBANA LTDA CNPJ: 52.752.735/0001-75	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/3?compra=92510206900662025">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/3?compra=92510206900662025</a>
08	Sapato social feminino/masculino.	R\$ 143,00	C R FARDAMENTOS LTDA CNPJ: 61.984.212/0001-45	<a href="https://pncp.gov.br/app/edital/07679723000108/2025/120">https://pncp.gov.br/app/edital/07679723000108/2025/120</a>
09	Bota em couro, preta.	R\$ 58,36	GILMARA DE SOUZA	<a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-</a>

			CNPJ: 59.343.967/0001-19	<a href="http://web/public/compras/acompanhamento-compra/item/61?compra=15311906900062025">web/public/compras/acompanhamento-compra/item/61?compra=15311906900062025</a>
10	<b>Botina em couro, preta.</b>	R\$ 61,68	CALCADOS SAAD LTDA CNPJ: 42.890.087/0001-60	<a href="https://pncp.gov.br/app/edits/18317685000160/2025/180">https://pncp.gov.br/app/edits/18317685000160/2025/180</a>